

Retornam os autos a esta Diretoria-Geral, com as informações apresentadas pela SOF e constantes no formulário de Adequação de Despesa, Doc. 14.

Trata-se da solicitação da Secretaria da Escola Judicial para contratação de palestra a ser ministrada pela instrutora CAROLINA STAGLIORIO DUMET FARIA, sobre o tema "Sexualidade e gênero como direitos da personalidade", no âmbito da II Semana de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+ do TJBA em Parceria com o TRT5 – Carga horária: 2 (duas) horas - Valor total: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

 DANIELA
VITOR
DA
SILVA
18/06/2025 14:14

 KARINA
MUNIZ
MACHADC
18/06/2025 14:23

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

1 – Documento de Formalização da Demanda, Doc. 2;

2 – Termo de Referência elaborado pela Escola Judicial, com a justificativa da contratação, demonstrando a notória especialização, indicando como fundamentação legal a inexigibilidade de licitação, disposta no art.74, III, "f" da Lei de 14.133/21, Doc. 3;

3 – Proposta da Profissional, Doc. 4;

4 – Justificativa do preço, conforme razões expostas no Termo de Referência e documentos que comprovam a razoabilidade/justificativa do preço (*"10.1. No presente caso, o valor constante da proposta orçamentária em anexo, visa a remunerar a profissional pela sua participação, além da cobertura das despesas acima mencionadas, estando o valor dentro dos parâmetros definidos na Tabela de Remuneração dos Profissionais de Ensino Contratados por este Regional com titulação de especialista (Anexo I do ATO TRT5 n.º 0428/2014). A proposta orçamentária foi aprovada pela Direção desta Escola Judicial que apontou para a razoabilidade do valor apresentado."*)

5 - Foram juntadas as certidões que demonstram a regularidade fiscal e trabalhista: Declaração do SICAF, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ, Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU, Correicional da CGU, Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, e negativa de vínculo entre a profissional e este Regional, Doc. 9;

6 - Autorização do Ordenador de despesa para continuidade da contratação, Doc. 12;

7 - Disponibilidade Orçamentária, Doc. 14;

8 - Sugestão de enquadramento realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos com base no art.74, III, "f" da Lei de 14.133/21, Doc. 11.

Convém registrar, que estão incluídos no conceito de curso "in company" todos aqueles eventos restritos ao público-alvo do TRT5, que serão ministrados para servidores do Tribunal. Ou seja, englobam aqueles eventos acessíveis apenas aos integrantes do quadro institucional e realizados de acordo com a metodologia, demanda, carências e o horário definidos pelo contratante.

Em conformidade com a instrução processual e com o Parecer Referencial nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, a Escola Judicial ratifica o enquadramento da despesa no art.74, III, "f" da Lei de 14.133/21, sugerido pela unidade demandante.

Dito isto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023, Doc.2 do PROAD 8601/2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a contratação de curso fechado/*in company*, organizadas em tópicos, abaixo transcritos :

DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 74, III, “F” DA LEI 14.133/2021

a) INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO - não basta simplesmente descrever no processo o objeto como “capacitação e treinamento” ou “contratação de curso *in company*”, sendo necessário demonstrar que se trata de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização.

b) SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - o serviço a ser contratado enquadra-se como serviço especializado porquanto preenche a definição imposta pela Lei 14.133/2021 no inciso XVIII do art. 6º: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

c) DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - o Termo de Referência precisa apontar em tópicos específicos as informações relativas à notória especialização, acompanhado dos documentos pertinentes e correspondentes (currículos, folder, conteúdo programático, técnicas especiais, títulos de especialização dentre outros disponíveis);

d) O SERVIÇO NÃO PODE SER DE PUBLICIDADE OU DE DIVULGAÇÃO;

e) O SERVIÇO DEVE SER VOLTADO AO TREINAMENTO OU APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

a) DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – documento inicial do processo onde deverá ser retratada a necessidade do setor demandante;

b) TERMO DE REFERÊNCIA - conceituado pelo art.6º, XXIII, da Lei 14.133/2021 como sendo o documento necessário para a contratação de serviços, no formato padrão simplificado aprovado pelo Grupo de Trabalho deste TRT5 e que se encontra disponibilizado para a Escola Judicial, unidade que cuida dessas contratações;

c) ESTIMATIVA DA DESPESA – lastreada por meio da proposta da empresa ou do profissional;

d) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – conforme informação da unidade competente;

e) COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA - entendemos que podem ser dispensadas as exigências referentes à qualificação econômico-financeira e as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal quando o valor do curso se limitar a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral. Esse valor deve ser aferido ano a ano posto que ocorrerão atualizações periódicas no limite para dispensa de licitação

f) DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO – além de tópico evidenciando justificativa do preço, a unidade demandante deve anexar os documentos que possibilitem a comparação com aquele preço cobrado pela contratada a outros órgãos ou empresas ou outros documentos igualmente idôneos, conforme preconizado pelo §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021:

Art. 23. (...) §4º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.74, III, "f" da Lei de 14.133/21.

Em 18/06/2025

Daniela Vitor

Coordenadoria Executiva

Diretoria-Geral

Trata-se da solicitação da Secretaria da Escola Judicial para contratação de palestra a ser ministrada pela instrutora CAROLINA STAGLIORIO DUMET FARIA, sobre o tema "Sexualidade e gênero como direitos da personalidade", no âmbito da II Semana de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+ do TJBA em Parceria com o TRT5 – Carga horária: 2 (duas) horas - Valor total: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), através de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art.74, III, "f" da Lei de 14.133/21.

Considerando as informações apresentadas pela SOF, Doc. 14, e para fins de informação de disponibilidade orçamentária e financeira, declaro que a despesa abaixo identificada tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/00.

Declaro, ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00, especialmente aqueles contidos nos artigos 16 e 17, pois está abrangida pelos créditos genéricos, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não ultrapassam os limites estabelecidos para o exercício de 2025.

Identificação da Despesa: 0800072025AD000772, para a contratação de palestra a ser ministrada pela instrutora CAROLINA STAGLIORIO DUMET FARIA, sobre o tema Sexualidade e gênero como direitos da personalidade, no âmbito da II Semana de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+ do TJBA em Parceria com o TRT5.

O valor total da despesa é de: R\$960,00 (novecentos e sessenta reais)

Dotação Orçamentária:

Elemento da Despesa: :3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Programa: :168016 - Capacitação de Recursos Humanos

Fonte: 1000000000

Considerando o PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, constante no Doc. 2 do PROAD 8601/2023 e o cumprimento de suas recomendações, declaro inexigível a licitação de acordo com o art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21:

CONTRATADA	Valor Total
CAROLINA STAGLIORIO DUMET FARIA CPF: 863.511.465-50	R\$960,00

À SOF para emissão da Nota de Empenho.

Ato contínuo, à CLC para o registro no PNCP da declaração da inexigibilidade, e da Nota de Empenho, bem como disponibilização no sítio deste Tribunal.

Após, à Escola Judicial para as providências pertinentes à realização da capacitação.

Em 18/06/2025

Karina Muniz Machado

Diretora-Geral em exercício



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

CARLOS
ADRIALDO
SANTAGO
LIMA
13/06/2025 09:22

TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO
LEI Nº 14.133/2021

1. OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alíneas “a” e “c”)

1.1 Contratação de capacitação, conforme dados a seguir:

Nome do evento:	II Semana de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+ do TJBA em Parceria com o TRT5
Tema	"Sexualidade e gênero como direitos da personalidade"
Unidade Promotora do evento:	Escola Judicial
Contratado(a):	Carolina Stagliorio Dumet Faria
Unidade demandante:	Escola Judicial
CATSER	20656 – Seminário/Palestra
ITEM DE EXECUÇÃO:	151062025000015
PTRES:	168016

2. PÚBLICO-ALVO

Magistrados e Servidores do TRT5 e TJBA

3. PREVISÃO NO PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL

A demanda está prevista no Plano de Capacitação Anual?

(X) Sim () Não () A unidade não possui Plano de Capacitação

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

Nos últimos anos buscou-se consolidar o Poder Judiciário como espaço de efetivação de direitos fundamentais, principalmente quando se diz respeito às populações vulnerabilizadas e ou subalternizadas. O combate ao preconceito e a discriminação, em diferentes níveis e mecanismos de atuações se tornaram pautas importantes mas ainda são numericamente de pouco alcance.

Tanto para o atendimento ao público, quanto para o público interno, o ambiente de trabalho pode não ser acolhedor ou ter comprometimento por conta do despreparo, por falta de letramento, do desconhecimento necessário para uma atuação comprometida com a dignidade das pessoas, para a Justiça se tornar efetivamente um espaço livre de preconceitos. Dessa forma, é essencial o esclarecimento desses temas para Magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, levando em conta o convívio diário, tanto no atendimento direto aos jurisdicionados, quanto no quadro interno.

Nesse sentido, o TRT5 une-se ao TJBA para viabilizar a II Semana de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+ que busca ampliar o fomento ao debate e a reflexão sobre a concretização da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais e assegurar que as Magistradas e Magistrados, assim como servidoras, servidores, terceirizadas e terceirizados, estagiárias e estagiários e demais colaboradores do Poder Judiciário e atores do sistema de justiça, estejam devidamente preparados para enfrentar os desafios decorrentes das mudanças sociais e jurídicas relacionadas às questões da diversidade.

O conjunto de atividades formativas desta atividade está alinhado às diretrizes previstas nos eixos/subeixos teórico-práticos de competências gerais/específicas da Resolução da ENAMAT nº 36, de 16 de abril de 2024, conforme abaixo:

Eixo(s): Direito e Sociedade

Subeixo(s): Gênero, Raça e Diversidade.

Competências:

- Compreender o impacto do gênero, raça e diversidade, sobre a atuação da magistratura, a participação feminina e de outros grupos vulnerabilizados no Poder Judiciário, atuando de forma a superar as desigualdades e discriminações no mundo do trabalho. (Resolução CNJ no 255/2018, Resolução CNJ no 351/2020 e Recomendação CNJ no 128/2022).

Descrições e dimensões:

- Coibir judicial e administrativamente condutas comportamentais, ou de linguagem, que demonstrem qualquer tipo de discriminação.
- Identificar as espécies de discriminação no mundo do trabalho em especial etarismo, racismo, misoginismo, sexismo, capacitismo, LGBTfobia, xenofobia, a intolerância religiosa e político-ideológica.

Vale ressaltar que a referida solução educacional foi incluída no Plano Anual de Capacitação desta Escola Judicial e está em consonância com as diretrizes do TRT5, contribuindo com o(s) objetivos de:

- Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais (FCPI)
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade (PTDS)

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

5.1 Modalidade: (X) Presencial () Telepresencial (ao vivo) () À distância

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

Tipo de evento	Seminário
Plataforma para acesso (quando couber)	-
Docentes	CAROLINA STAGLIORIO DUMET FARIA
Número total de participantes	120
Carga horária total	2 (duas) horas
Período de realização	26/06/2025
É capacitação para desenvolvimento gerencial?	Sim

7. MODELO DE GESTÃO DO TREINAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)

A concepção, coordenação técnico-administrativa e fiscalização será realizada pela Escola Judicial.

7.1 A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP nº 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, bem como pelos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, devendo ainda ser observado o seguinte:

7.1.1 A gestão administrativa e a fiscalização do contrato caberá ao (à) Escola Judicial, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação, recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante do contratante.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g”)

8.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação.

a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar o pagamento da fatura vincenda no curso da execução do contrato.

(Para instruções deve ser acessado o seguinte link:
https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing)

b) **A CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação, que caracterizará o **recebimento definitivo**.

c) O **prazo de liquidação** será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal **com ateste**.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Correlação com Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

A indicação da profissional foi feita pelo corpo Diretivo desta Escola Judicial.

9.1 Enquadramento legal

Trata-se de contratação da palestrante Carolina Stagliorio Dumet Faria, sendo necessário o enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso III, alínea f, do art. 74 da Lei n. 14.133.

9.1.1 Da inviabilidade de competição

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de se estabelecer uma competição entre os possíveis interessados, seja pelo fato de que aquele prestador é o único que atende às peculiaridades do objeto contratual pretendido, seja pela impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas, eis que se trata de serviço eminentemente intelectual, cuja produção atrela-se especificamente à técnica única de abordagem e modelagem, inerentes a cada profissional ou empresa do ramo.

9.1.2 Da notória especialização

Carolina Dumet é advogada, sócia do escritório Borges Dumet Advocacia e da JUSFEMINISMO LTDA, Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia, pós-graduada em Direito Médico e Bioética pela EBRADI, Secretária Geral do Instituto Baiano de Direito e Feminismos (IBADFEM), Secretária-Geral da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/BA, da Women In Global Health (Brazil), da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e do Grupo VIDA UFBA. Bolsista CNPq na Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná.

9.3. Razão da Escolha

A profissional indicada possui notória especialização, conforme comprova o currículo anteriormente mencionado e que acompanha a proposta. Ressalte-se que a convidada em comento tem amplo conhecimento do tema. Além disso, a proposta do curso foi desenhada para atender a necessidade de desenvolvimento de competências deste TRT.

10. JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea “I”)

10.1. O valor total da contratação é de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

O montante apresentado na proposta orçamentária enviada pela profissional convidada, constitui-se em **valor bruto** que engloba:

- pró-labore pela ministração de 2 (duas) hora-aula horas-aula;
- incidência de impostos e taxas governamentais.

No presente caso, o valor constante da proposta orçamentária em anexo, visa a remunerar a profissional pela sua participação, além da cobertura das despesas acima mencionadas, estando o valor dentro dos parâmetros definidos na Tabela de

Remuneração dos Profissionais de Ensino Contratados por este Regional com titulação de especialista (Anexo I do ATO TRT5 n.º 0428/2014). A proposta orçamentária foi aprovada pela Direção desta Escola Judicial que apontou para a razoabilidade do valor apresentado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j”)

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão / Unidade: EJD – Escola Judicial do TRT5

Fonte de Recursos: 1499000000

Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0029 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Bahia

151062025000015 – INSTRUTORIA EXTERNA - ADM – Despesa com instrutores EXTERNOS em ações de formação e capacitação de SERVIDORES.

Plano Interno: P.O.: 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas.

12. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

() Não

(x) Sim - discrimine a seguir:

Não foi exigido material por escrito para o seminário.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei:

13.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

13.1.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

13.1.3 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

13.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas.

13.1.5 Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência.

13.1.6 Sustar a execução do curso caso esteja em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 São obrigações da contratada, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

14.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação.

14.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

14.1.3 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.1.4 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos.

14.1.5 Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

14.1.6 Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022 e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018;

14.1.7 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

15. SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Resguardados os direitos que a Administração têm de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas obedecendo ao disposto na Lei n. 14.133:

15.1.1. Inexecução parcial do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), por dia de inexecução, incidente sobre o valor do objeto inadimplido. Será considerada inexecução parcial do contrato a prestação do curso com atrasos acima de 30 minutos ou carga horária total inferior a 90% (noventa por cento) do que fora contratada.

15.1.2. Inexecução total do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), incidente sobre o valor integral do objeto contratado. Será considerada inexecução total do contrato a prestação do curso com carga horária total inferior a 50% (cinquenta por cento) do que fora contratada.

16. DADOS PARA PAGAMENTO:

Carolina Staglitorio Dumet Faria
CPF: 86351146550
Banco do Brasil
Agência 5737-1
Conta corrente: 31267-3

Salvador, 13 de junho de 2025.

ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ:28241
Assinado de forma digital por ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ:28241
Dados: 2025.06.13 09:02:19 -03'00'

ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ
Desembargadora do TRT5 e Diretora da EJUD5